



INFORMATIVO ACORS

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
MILITARES DE SANTA CATARINA

ACORS PERMANECE MOBILIZADA PARA REVERTER PREJUÍZOS DA LEI Nº 16.773



Secretário-geral da ACORS, Cel Sérgio Sell, interagindo na Alesc com o Comandante-geral da PMSC, Paulo Henrique Hemm, e o Subcomandante-geral da PMSC, João Henrique Silva, entre outros Oficiais

A ACORS está buscando novas alternativas para provar na Justiça a inconstitucionalidade da Lei que altera a jornada de trabalho e a forma de pagamento de verba salarial dos militares estaduais. A convicção do escritório Barateri Advogados Associados, que responde pela Assessoria Jurídica da ACORS, é que matérias relativas a direitos e garantias dos militares não podem ser objeto de lei delegada, apenas de Lei Complementar, conforme teor estabelecido no art. 51, § 2º, da Constituição Estadual.

Em nome dos Oficiais militares estaduais, a ACORS chegou a obter vitória na Justiça, com a Desembargadora Cláudia Lambert de Faria determinando a suspensão dos efeitos da MP 202/2015, mas em 17 de dezembro de 2015 o Agravo foi extinto, sob a alegação de que a ação versava sobre uma Medida Provisória já extinta (a partir de sua transformação na Lei nº 16.773/2015). Desde então, novas medidas estão sendo tomadas nas esferas jurídicas, políticas e por meio da mídia.

Compreenda o caso:

A ACORS entrou com ação judicial coletiva de nº 0321416-14.2015.8.24.0023 na Capital/SC contra a MP nº 202/2015, recentemente convertida na Lei Complementar nº 16.773/2015, que altera a jornada de trabalho e a forma de pagamento de verba salarial dos militares de Santa Catarina.

Após recorrer por duas vezes ao Tribunal de Justiça, foi obtida liminar por meio do Agravo de Instrumento nº 2015.079200-6 para suspender os efeitos do ato do Governador. O entendimento acatado pela Justiça é o de que as alterações não poderiam ser feitas por medida provisória, mas por lei complementar.

O Estado foi intimado da decisão no dia 02 de dezembro de 2015, tanto pelo Tribunal que concedeu

a liminar, quanto pelo Juiz de primeiro grau, tendo, inclusive, apresentado resposta no recurso da ACORS. Mas até o momento não cumpriu a determinação judicial, o que constitui crime de desobediência e ato atentatório à Justiça.

Recentemente, o Estado impetrou Mandado de Segurança de nº 2015.091774-9 no TJSC contra a decisão da Desembargadora Cláudia Lambert de Faria, que determinou a suspensão dos efeitos da MP nº 202/2015 nos autos do Agravo de Instrumento nº 2015.079200-6, interposto pela ACORS.

A liminar foi negada pelo relator do processo, que não verificou ilegalidade ou abusividade na anterior decisão da Desembargadora Cláudia, mantendo a

validade da determinação judicial de suspender a aplicação da MP do Governador para todos os Oficiais associados da ACORS.

Em 17 de dezembro de 2015 o Juiz responsável decretou perda de objeto da ação em função da aprovação da Medida Provisória. Ao deixar de ser uma MP, gerou a extinção do Agravo.

Por fim, na primeira reunião de diretoria de 2016 os diretores deliberaram pela interposição de medida cautelar pela suspensão dos efeitos da atual Lei, paralelamente a um mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça.

**Cuidaremos da
sua segurança.
MESMO COM AS
ADVERSIDADES!**



Nobres associados,

O motivo, ainda não sabemos, mas o Governo do Estado pretende saneá-lo cortando a cabeça dos militares estaduais e dos servidores civis também. Depois de chamar os militares ao palácio para juntos manterem uma profícua lua-de-mel, construindo projetos inovadores no campo do subsídio, da carreira, do banco de horas e das escalas de serviço, o Governo abruptamente enclausurou-se e fechou as portas. Valeu-se da máxima: "Treino difícil, combate fácil", própria dos militares, mas, desta feita, contra estes. Não honraram a palavra empenhada. Ignoraram-nos, colocando-nos no regime da previdência social dos servidores civis. No apagar das luzes, a equipe de governo aplicou um verdadeiro golpe de mestre, por intermédio da extinção e usurpação do vultoso valor depositado no Fundo Previdenciário, destinando-o para outros fins. Mas quando a água atinge as suas narinas, correm a pedir socorro aos militares estaduais. Neste início de dezembro, quando os funcionários públicos civis foram ao Palácio Barriga-Verde, sede do Parlamento, visando resguardar os seus direitos espoliados, a mesma equipe berrou aos comandantes de plantão que precisavam dos militares estaduais para conter os civis. Em tempo recorde, a máquina fotocopadora produziu Pelotões, Companhias e Batalhões de policiais militares, retirados de todos os cantos e recantos, privando a sociedade da segurança pública à altura. Mas o frasquinho de veneno ainda está pela metade. O ovo da serpente ainda não foi colocado em pé, pois está chocando. O processo de desmonte das instituições militares estaduais está em curso. Agora a Secretaria de Segurança Pública lança aos céus, no Morro da Caixa, Continente de Florianópolis, três torres para abrigá-la. Informes nos dão conta de que as duas forças militares estaduais serão defenestradas dos seus quartéis dos Comandos-Gerais. Joga-se na sarjeta uma tradição quase que bicentenária de uma instituição valiosíssima para o Estado. É bem verdade que não se vive de pompas e circunstâncias, de histórias, de valorização, principalmente neste país surreal, onde a tônica do homem público é a locupletação, a espoliação da res publica, transferindo para a plebe as deficiências do Estado, frutos da má administração pública. Alertamos que não aceitaremos a saída do Quartel do Comando-Geral da Polícia Militar do prédio que o abriga desde o final do século XIX. Da mesma forma, abominaremos qualquer líder que não tenha a coragem de defender a nossa honra como fizeram outros no passado, a exemplo do Coronel Lopes Vieira. A ACORS defende a permanência dos Comandos-Gerais da PMSC e do CBMSC nos seus atuais aquartelamentos. De igual forma, entendemos como carga da Corporação o acervo e o local do Museu de Armas Maj PM Lara Ribas. Estamos vigilantes nessa cruzada do Governo contra aqueles que juram morrer para que outros possam viver. Segundo Honoré de Balzac, "os governos passam, as sociedades morrem, a polícia é eterna".

A Diretoria

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva:

Presidente: Cel PM RR Fred Harry Schaufert
1º Vice-presidente: Maj PM Wallace Carpes
2º Vice-presidente: Ten Cel BM Flávio Rogério Pereira Graff
Secretário-geral: Cel PM RR Sérgio Luís Sell
1ª Secretária: Cap PM Clarissa Dias Soares
2º Secretário: Cel PM RR Abelardo Camilo Bridi
Tesoureiro: Maj PM Luiz Eduardo Ardigó da Silva
1º Tesoureiro: Maj PM Renato Abreu
2ª Tesoureira: Ten BM Natália Cauduro da Silva

Conselho Fiscal:

Cel PM RR Marlon Jorge Teza
Cel PM RR Cleres Alberto Steffens
Cap PM Frederick Rambusch
Maj PM Marcelo Egídio Costa

Assessores:

Legislação Institucional PM: Ten Cel PM Marcello Martinez Hipólito
Legislação Institucional BM: Maj BM Charles Fabiano Acordi
Parlamentar Federal: Cel PM RR Abelardo Camilo Bridi
Parlamentar Estadual: Ten PM Guilherme Silvy
Informática: Cap PM Luis Guilherme de Lima Veronese
Comunicação: Cap PM Diego Rodrigues Machado
Associação Elói Mendes: Cel PM RR Edison Carlos Ortiga
Reserva Remunerada: Cel PM RR José Alfredo Estanislau
Quadro de Saúde: Ten Cirurgiã Dentista Márcia Regina da Silveira Aguiar
Jurídico: Cap PM Thiago Augusto Vieira

Endereço:

Rua Lauro Linhares, 1250 – Trindade
Florianópolis – SC – 88036-002
(48) 3334-0992
acors@acors.org.br
www.acors.org.br

Informativo:

Textos e fotos: Ana Lavratti
Informação escritório de comunicação
Projeto gráfico: Agência Ezcuzê
Distribuição gratuita
Tiragem: 1200 exemplares
Jornalista responsável: Ana Lavratti SC428JP

DADOS ATUALIZADOS

Para ficar sempre a par das informações de interesse do Oficialato catarinense, produzidas pela comunicação da ACORS, mantenha seu cadastro sempre atualizado junto à secretaria executiva da entidade. Sempre que houver alteração de algum dado cadastral, tenha o cuidado de comunicar pelo e-mail acors@acors.org.br

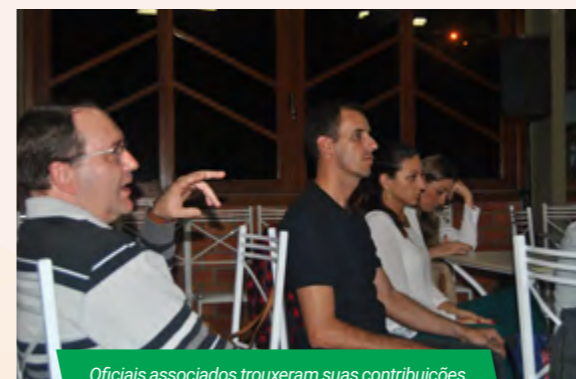
PREVIDÊNCIA



Presidente da ACORS durante apresentação no Seminário Nacional da Polícia e Bombeiros Militares, em Manaus

A ACORS vem tomando a dianteira nacional na defesa dos direitos previdenciários historicamente assegurados aos militares estaduais. Reforçando a atuação da Feneme, vem repercutindo nos demais estados as diferenças notórias entre servidores públicos civis e militares, assim como a necessidade de tratamento diferenciado a quem está sujeito a uma rotina extenuante na Ativa e a uma disciplina rigorosa mesmo na Reserva, com a possibilidade de reconvocação permanente. Em novembro de 2015 o presidente da ACORS, Cel Fred Harry Schaufert foi um dos palestrantes, acerca deste e outros temas, no Seminário Nacional da Polícia e Bombeiros Militares, em Manaus. Mais recentemente, em janeiro, a ACORS solicitou à Feneme promover a interposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal enquanto, em âmbito estadual, promove medida judicial adequada justificando porque a Lei Complementar não deve ser aplicada aos militares estaduais.

ASSEMBLEIA GERAL



Oficiais associados trouxeram suas contribuições às duas assembleias realizadas em 6 de novembro

CICLO COMPLETO DE POLÍCIA



O Assessor Jurídico da ACORS, Cap Thiago Augusto Vieira, e o Assessor de Legislação PM, Ten Cel Marcello Martinez Hipólito, na audiência em Belém.

O presidente da ACORS, Cel Fred Harry Schaufert, representou duplamente a entidade e a Feneme em Fortaleza, no Ceará, e Aracaju, em Sergipe durante a audiência pública sobre o Ciclo Completo de Polícia, em 2015. Promovida pela Câmara dos Deputados, a audiência foi conduzida pelos deputados federais Raul Jungmann e Subtenente Gonzaga. Em seu pronunciamento, o Cel Schaufert defendeu que se deixem de lado as questões corporativas e aprovelem o Ciclo Completo de Polícia, em favor da sociedade brasileira. Ao longo de 2015, a ACORS garantiu representação em todas as conferências formais em torno do tema - realizadas em Florianópolis, Belém, Aracaju, Brasília, Recife, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Manaus -, e também naquelas realizadas de forma independente, em Salvador, Campo Grande, Cuiabá e Porto Velho, cidades não contempladas pela Câmara dos Deputados.

Saiba mais sobre a PEC 423 em www.ciclocompleto.com.br

A ACORS realizou no dia 6 de novembro, junto à sua sede em Florianópolis, uma Assembleia Geral Ordinária, para apresentação da previsão orçamentária para 2016, e uma Assembleia Extraordinária, para sugerir alterações no estatuto da entidade. Em ambas, os associados presentes aprovaram por unanimidade as proposições da diretoria.

A ideia de reestruturar o estatuto da ACORS partiu da necessidade de se adequar o estatuto atual ao Código Civil vigente, e também por questões que de forma reiterada davam margem a interpretações dúbias. Com este encargo, uma comissão formada por oito Oficiais associados, da PM e do CBM, realizou 12 reuniões específicas sobre o tema ao longo dos últimos seis meses.

As principais mudanças aprovadas referem-se ao capítulo exclusivo sobre processo eleitoral, que prevê a criação de uma comissão específica para cuidar da logística a cada pleito, a criação do cargo de diretores regionais, com atribuições restritas às regiões em que atuam, e a reestruturação do capítulo que trata das penalidades, esclarecendo a atuação do Conselho Fiscal e balizando as decisões relacionadas aos associados.

O ENCOURAÇO DE PEDRA



Inicialmente, a região onde está o QCG da PMSC chegou a ser criticada, por ser considerada distante do Centro.

Por Cel PMRR Fred Harry Schaufert, presidente da ACORS

O gigante de pedra fincado nos altos do Mato Grosso, que assistiu emudecido à passagem de dois séculos, está sangrando mortalmente ante a ignomínia do ser humano. Aquelas paredes silenciosas viram momentos de glória e de derrota. Por aqueles pátios, escadas, corredores e salas, transcorreu parte da história Barriga-verde. Personagens heroicos e covardes trocaram turnos na calada da noite ou no burburinho do dia. Através daquelas janelas, diversos olhos espreitaram o passar da história, interferindo muitas vezes no seu curso. Naquela fronteira, Trogílio Melo matou Adeodato, a última lenda viva da resistência do Contestado. No flanco direito do quartel, nasceu, na segunda década do século XX, o Corpo de Bombeiros Militar. Por aquele Portão das Armas triste, adentrou o General Ptolomeu de Assis Brasil para entronizar, por 13 dias, o gaúcho Amadeu Massot, Coronel da Brigada Militar que veio infligir suplício aos derrotados na revolução de 1930. Em 1935, o veterano edifício se engalana feliz para receber os festejos do Centenário de Criação da Força Pública Catarinense. No flanco esquerdo do quartel, o Tenente René Vêrges erigiu o obelisco comemorativo do 1º Centenário da Força Pública, monumento granítico com 8,20 metros de altura e cerca de 5 mil quilos. No seu entorno, o tempo



Inúmeras autoridades nacionais já passaram pelo QCG da PMSC, como o General Ptolomeu de Assis Brasil e o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira

testemunhou inúmeras gerações de Oficiais, praças e familiares a prantear, em maio de cada ano, a perda irreparável de seus companheiros de jornada no cumprimento do dever. Os tempos modernos insculpiram no mármore negro a nominata dos heróis desafortunados, esquecidos soldados da grei, que jamais serão esquecidos por nós. A história segue alternando apenas os personagens, enquanto a edificação segue perene e intocada, cumprindo com galhardia a missão que lhe fora outorgada. Por ali passou o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Coronel Médico da Polícia Militar de Minas Gerais, para receber das mãos de Oficiais um exemplar da revista Laço Húngaro. Sob os céus daquele gigante, perdeu a vida em acidente aéreo o Tenente Aviador Durval Pinto Trindade, numa demonstração da Esquadilha da Fumaça aos cadetes da PM que recebiam o espadim naquele dia. Assistimos, perplexos e emudecidos, à troca de comando dos nossos Oficiais pelos comissionados do Exército Brasileiro. Um hiato de incertezas foi plantado e aterorizou-nos. O tempo passou inexorável,



Em 1927, após grande reforma, o QCG ganhou a companhia da então Secção de Bombeiros da Capital

e, com o advento dos ventos democráticos que passaram a soprar sobre o país, os nossos coronéis retomaram as rédeas da corporação. A modernidade se fez presente com a chegada das mulheres ao nosso corpo de tropa, a implantação da informática, do COPOM, da ambiental, da aviação, a instalação da sala de situação, a emancipação do Corpo de Bombeiros Militar, enfim, a história continuou seguindo o seu curso, apenas com a natural troca de turno dos personagens. Perene, porém, continuava o já velho encouraço de pedra, atracado não mais no Mato Grosso, mas sim nas cercanias da Praça Getúlio Vargas, carinhosamente conhecida como a Praça do Quartel da PM ou dos Bombeiros. Como as constantes nuvens negras que pairam sobre as nossas cabeças, joga-se a pá de cal sobre os escombros do que restará da nossa histórica tradição. Podemos apagar a luz, fechar a porta e entregar a chave a um cidadão civil qualquer para que nos comande. Ou, ao contrário, defender em uníssono que a quadra do QCG, a mais valiosa unidade da PMSC, permaneça sendo palco das mais relevantes decisões em prol da segurança do cidadão catarinense.

FOTOS DIVULGAÇÃO/CCS PMSC

Saiba mais

Os crescentes comentários sobre uma possível transferência dos Comandos-gerais PM e BM para as torres da Secretaria de Segurança Pública, na área Continental em Florianópolis, geraram as mais calorosas reações por parte de quem reconhece e valoriza o vínculo da Polícia Militar de Santa Catarina com o prédio histórico onde está instalado seu QCG, desde quando a região era emoldurada por trilhos de bonde e criticada por ser distante do Centro.

Apesar das divergências entre historiadores – Osvaldo Cabral situa a transferência do QCG para sua sede atual após a Proclamação da República, em 1889, e Carlos Humberto Corrêa a antecipa para 1888 – é incontestável a relação de mais de um século da PMSC com o prédio originalmente construído para ser um colégio, testemunha ocular do progresso da cidade, a começar pela praça na qual se debruça, que já respondeu pelas alcunhas de Largo Municipal da localidade de Mato Grosso e Praça 17 de Novembro. Confira, abaixo, o destaque dado pela arquiteta e urbanista Eliane Veras da Veiga, no livro “Florianópolis – Memória Urbana”, ao que considera um dos principais referenciais arquitetônicos da cidade.

“A Força Policial da Província de Santa Catarina foi criada em 1835 pelo presidente da Província Feliciano Nunes Pires, e ficou instalada, nos primeiros tempos, no térreo da Casa de Governo. Dali mudou-se, indo

ocupar, por volta de 1860, um prédio na esquina da rua Victor Meirelles, fronteiro ao Quartel de Artigos Bélicos, onde hoje está o prédio da Empresa de Correios e Telégrafos. Quando suas instalações tornaram-se insuficientes, ele foi transferido para um prédio em que funcionara um colégio. A fachada principal ostenta na atualidade uma gravação com a referência MDCCCLXXXIX (1889). Em 1927, o Quartel da Força Policial, também chamado Quartel da Força Pública, teve suas antigas dependências completamente remodeladas e construiu outras novas sobre um dos pavilhões antigos do Quartel. Em sete salas instalaram-se as 4ª, 5ª e 6ª Companhias, Companhia de Metralhadoras Mistas, Companhia Extranumerária, Pelotão de Cavalaria e Secção dos Bombeiros, com os gabinetes dos respectivos comandos das Companhias anexos, todos eles mantendo a mesma feição estética. Instalaram-se, ainda, a Contadoria, o Almoarifado, o Corpo da Guarda, a sala destinada ao Estado-Maior e as Casas da Ordem, assim como as dependências apropriadas à barbearia, farmácia, dentista e cantina. Em 27 de setembro de 1927, foi feita a inauguração oficial da Secção de Bombeiros desta Capital, que ficou anexa à Força Pública. O Quartel foi considerado, na época, um dos melhores no gênero em todo o país.”

PM PODE MUDAR
O governo do Estado tem projeto para transferir o Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina do histórico prédio na Praça Getúlio Vargas para uma das torres em construção em Coqueiros, ao lado da Phipasa. A proposta provoca forte reação dentro e fora da corporação. O prédio foi construído no século 19 e é um dos símbolos da instituição.

Consultados pela comunicação da ACORS, os atuais Comandantes-gerais PM e BM preferiram não se manifestar sobre o tema, que obteve grande repercussão após divulgação na coluna de Moacir Pereira, nos jornais da RBS:

Moacir Pereira, Diário Catarinense, 12.12.2015

A MUDANÇA

A notícia de que o governo decidiu transferir o Comando Geral da Polícia Militar do prédio histórico da Praça Getúlio Vargas provocou uma forte reação entre oficiais da ativa e da reserva. Ex-comandantes estão articulando uma reunião com o comandante-geral, Paulo Henrique Henm, com a Associação dos Oficiais (Acors) e com o Clube dos Oficiais. É unânime a rejeição da proposta, considerada absurda.

Moacir Pereira, Diário Catarinense, 15.12.2015

OFICIAIS MANIFESTAM-SE SOBRE A RELEVÂNCIA DO PRÉDIO DO COMANDO-GERAL PARA A CORPORACÃO EM SANTA CATARINA:

“Nosso QCG faz parte da nossa história. Nossas tradições estão todas tão entranhadas naquele prédio que mudar seria como fazer um transplante mal sucedido. Nossa vida, nossa história, nossos valores, tudo passou por esse prédio. Se necessário, que se crie melhores instalações para a representação militar junto à SSP, mas que se preserve o nosso QCG, com as histórias e tradições que pertencem não apenas aos PMs, mas à própria história de Santa Catarina. Sou virtualmente contra e não consigo conceber a ideia de instalarmos o comando da PM junto à SSP. Seria como propor transferir a Catedral para uma igreja a ser construída no Continente. Imaginemos a reação da comunidade, do clero.”

Cel PM RR Sidney Carlos Pacheco, ex-Comandante Geral da PMSC e Ex-Secretário de Segurança Pública.

“A história da PM e do QCG são paralelas em Santa Catarina. E os militares sabem que é no QCG que pulsa o cérebro e o coração da Polícia Militar. No período em que fui Comandante-geral, cheguei a propor a troca do terreno da PM com acesso à rua Nereu Ramos pelas obras necessárias na Trindade, no terreno onde hoje está instalado o Centro de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar, mas em nenhum momento a permuta incluiria o prédio histórico junto à Praça Getúlio Vargas. O governador na época chegou a autorizar o negócio mas as empresas interessadas queriam a todo o custo incluir na troca o terreno do QCG. Aí fui irredutível e voltei atrás, porque o quartel do Comando-Geral tem um vínculo com a corporação e os PMs. É a nossa casa. Os demais quartéis são anexos.”

Cel PM RR João Lázaro Braga Filho, ex-Comandante Geral da PMSC.

“Quando cheguei em Florianópolis, em 1993, ainda como Capitão PM, o Quartel do Comando-geral do Corpo de Bombeiros Militar ficava em outro endereço. Já quando assumi o Comando-geral, em agosto de 2012, o QCG ficava no endereço atual, na Beira-Mar Norte. Pessoalmente, não vejo problema em uma eventual mudança de endereço. Nosso quartel não é histórico nem tampouco possui instalações melhores do que as novas que estão sendo oferecidas. Já tínhamos conhecimento do projeto da SSP desde o início da implantação do Pacto por SC e me parece uma ação inteligente a aproximação do CBMSC com a cúpula da SSP.”

Cel BM RR Marcos de Oliveira, Comandante-geral do CBMSC de 2012 a 2015.

“O processo em curso, de transferir a cúpula da SSP para a área continental, busca a economicidade, eficiência e eficácia via integração e também, de forma paralela, desafogar o trânsito da Capital. Mas a proximidade física não implica em maior eficiência e ou mesmo em integração. Se a causa da desintegração for de outra ordem, não tratada adequadamente, pode inclusive ser potencializada pela proximidade. Há também questões de ordem teleológica. Nossas crenças e tradições certamente não pesam nas decisões. A edificação sede de um Comando-geral tem para nós militares um simbolismo importante. Mudá-las é medida que marcará a história. Não tanto para o CBM mas principalmente para uma Corporação mais que sesquicentenária como a Polícia Militar. Oportuno lembrar que cada corporação possui autonomia administrativa e financeira. Como gestor primário que fui, não abriria mão de ter uma equipe própria e orgânica, pela imensa relação de confiança e responsabilidade que precisa existir entre essas partes. Sentimento certamente compartilhado pelos gestores públicos de qualquer órgão que detenha tal competência. Mas não podemos fechar os olhos à modernidade. Se a decisão já está tomada, sejamos proativos. Apostemos em nossa resiliência para escrever as próximas páginas das nossas histórias com o mesmo brilhantismo como que temos feito até hoje.”

Cel BM RR Álvaro Maus, Comandante-geral do CBMSC de 2008 a 2011.



Foto da década de 1920 extraída da obra Ilha de Santa Catarina, de Gilberto Gerlach



ASSESSORIA JURÍDICA DA ACORS ESCLARECE PECULIARIDADES DAS LICENÇAS ESPECIAIS

Quem tem direito à indenização às licenças especiais não gozadas na atividade?

Todo policial ou bombeiro militar que passou para a reserva remunerada e não gozou o benefício que possuía, independentemente do motivo.

Quem assinou o termo de renúncia possui direito de ser indenizado?

Sim. Conforme decisão do Grupo de Câmaras de Direito Público do TJSC, nos autos da Ação Rescisória de n. 2015.047063-6, de novembro de 2015, todo aquele policial ou bombeiro militar que deixou de gozar das licenças que fazia jus, independentemente de ter renunciado expressamente à fruição do benefício, tem direito de ser indenizado, pois o direito foi incorporado ao seu patrimônio jurídico, não podendo o Estado locupletar-se do trabalho de seus servidores.

Qual a base de cálculo da indenização?

Valor da última remuneração bruta percebida na atividade.

Até quando é possível requerer judicialmente o direito à indenização?

Até cinco anos a contar da data da passagem para a reserva remunerada.

É necessário fazer requerimento administrativo?

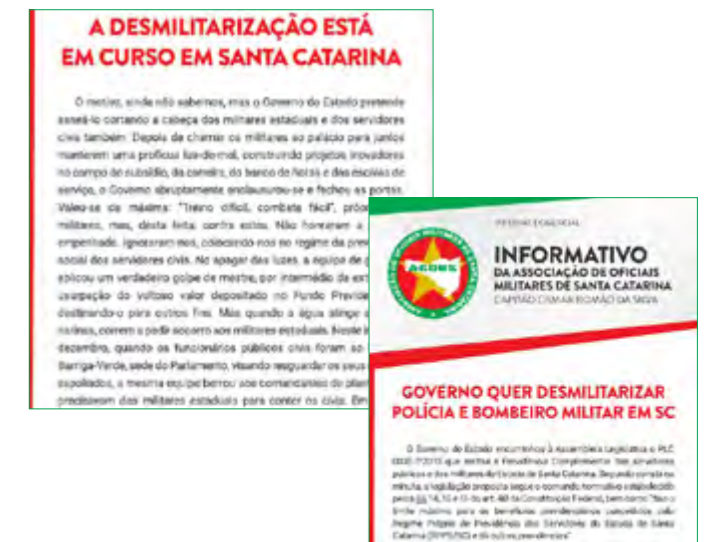
Não, pois além do Estado vir negando todos os requerimentos sobre o tema, a negativa não é pressuposto para ajuizamento da ação.

Quais os documentos necessários para ajuizamento da ação?

Cópia dos documentos pessoais (RG, CPF e comprovante de residência), extrato do saldo de licenças não gozadas, contracheque do último mês na ativa, portaria de transferência para a reserva remunerada, procuração e contrato (fornecidos pela Baratieri Advogados pelo e-mail contato@baratieriadogados.com.br ou tel. 48.3223.5194).

ACORS DEFENDE PUBLICAMENTE A MILITARIZAÇÃO

As colunas mensais da ACORS nos jornais Diário Catarinense e Notícias do Dia tornaram pública a angústia dos militares estaduais, ou seja, a falta de compreensão da sociedade e dos próprios Governos, federal e estadual, sobre os diferenciais da carreira de policial militar e bombeiro militar. Estes profissionais, que asseguram a estabilidade da Democracia, exercem sua profissão com dedicação exclusiva e sob risco de morte, e não podem abrir mão de uma situação jurídica especial com tratamento diferenciado. Confira, abaixo, algumas das manchetes:

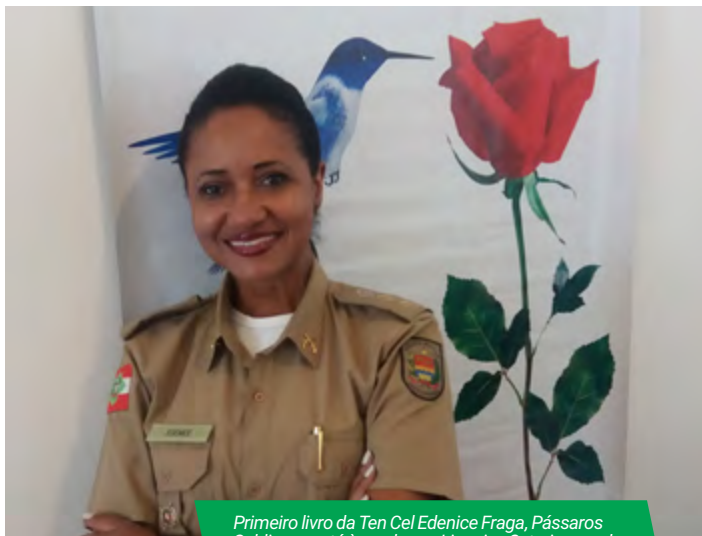


EM CARTAZ



A ACORS encerrou 2015 tornando públicos seus principais pleitos: o Ciclo Completo de Polícia foi tema de um programete na Record News e uma série de outdoors (foto) divulgou os nomes dos parlamentares aliados dos militares estaduais na votação da MP 202/2015. Atualmente, o outdoor em cartaz reitera o plantão permanente da entidade em defesa dos Oficiais associados e da causa da segurança pública em Santa Catarina.

A FÓRMULA “EDENICE DE SER” PARA CONCILIAR FIRMEZA E DOÇURA



Primeiro livro da Ten Cel Edenice Fraga, *Pássaros Sublimas*, está à venda nas Livrarias Catarinense do Centro e Beiramar Shopping, Livros e Livros da UFSC, Nobel do Shopping Itaguaçu e pelo site www.estantevirtual.com.br

Filha do Subten Valmir Fraga e irmã do Ten Cel Evandro de Andrade Fraga, a Ten Cel Edenice da Cruz Fraga deu vazão à verve poética antes mesmo de reconhecer a vocação militar que lhe corria nas veias. Desde que se lembra, já gostava de ler, escrever... e vice-versa. Tanto que há 25 anos, quando ingressou nas fileiras da carreira militar como Cadete PM, concilia as duas paixões, dando a seus dias ação e vigor, e às noites comoção e amor.

Apesar da disparidade, Edenice garante, as duas demandas têm muito em comum, a começar pela força, disciplina, ternura e mais uma coleção de qualidades que compõe o “jeito Edenice de ser”. Acadêmica de Letras na UFSC, especialista em Gestão da Segurança Pública e também em Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, a poeta-policia militar não abre mão da sensibilidade quando a serviço da segurança, assim como não se abstém da disciplina na hora de “fatiar as noites” para escrever em plena madrugada.

“Na hora de sair da cama para finalizar o meu primeiro livro contou bastante o fato de eu amar o que estava fazendo”, confessa a Ten Cel Edenice, que lançou em dezembro “Pássaro Sublime – Poesias e Pensamentos”, pela editora Nova Letra. À venda nas principais livrarias, a obra inclui desde

tributos ao poeta Cruz e Sousa até uma série de homenagens à polícia militar, em especial aos soldados, às policiais que exercem a maternidade e aos militares mortos em serviço.

“Cada poema é um filho. Eu já havia participado de várias coletâneas mas desta vez precisei de muita coragem para me expor, pois o livro deixa transparecer quem eu sou”, conta a Oficial que teve a preocupação de embalar em “doçura” opiniões incisivas. “Na polícia militar a gente aprende com cada ocorrência. A vivência com a humanidade é uma fonte inesgotável de inspiração”, explica a observadora voraz do cotidiano que se empenhou em traduzir suas convicções de forma facilmente assimilável. “É uma obra para ser degustada”, resume.



Oficial é a única mulher entre os membros da Academia de Letras dos Militares Estaduais em Santa Catarina.

Única mulher entre os membros da Academia de Letras dos Militares Estaduais, a Ten Cel Edenice já comandou um Pelotão de Polícia Militar Feminina em Blumenau, foi Subcomandante do 24º Batalhão em Biguaçu, diretora do Colégio Militar e chefe de Comunicação Social da PM, entre inúmeras funções de grande responsabilidade. Mãe do Ewerton - estudante de engenharia na UFSC – e membro do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, a poeta-policia militar também dedica-se a aproximar a literatura de crianças e jovens carentes, que podem encontrar na poesia o contraponto para a dura realidade que enfrentam. “A própria produção do livro, pelo esforço que exigiu, já é uma mensagem, de que devemos ter fé em Deus mas precisamos fazer a nossa parte. E que conciliando disciplina e bom humor temos sim condições de superar os desafios”.